



<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”

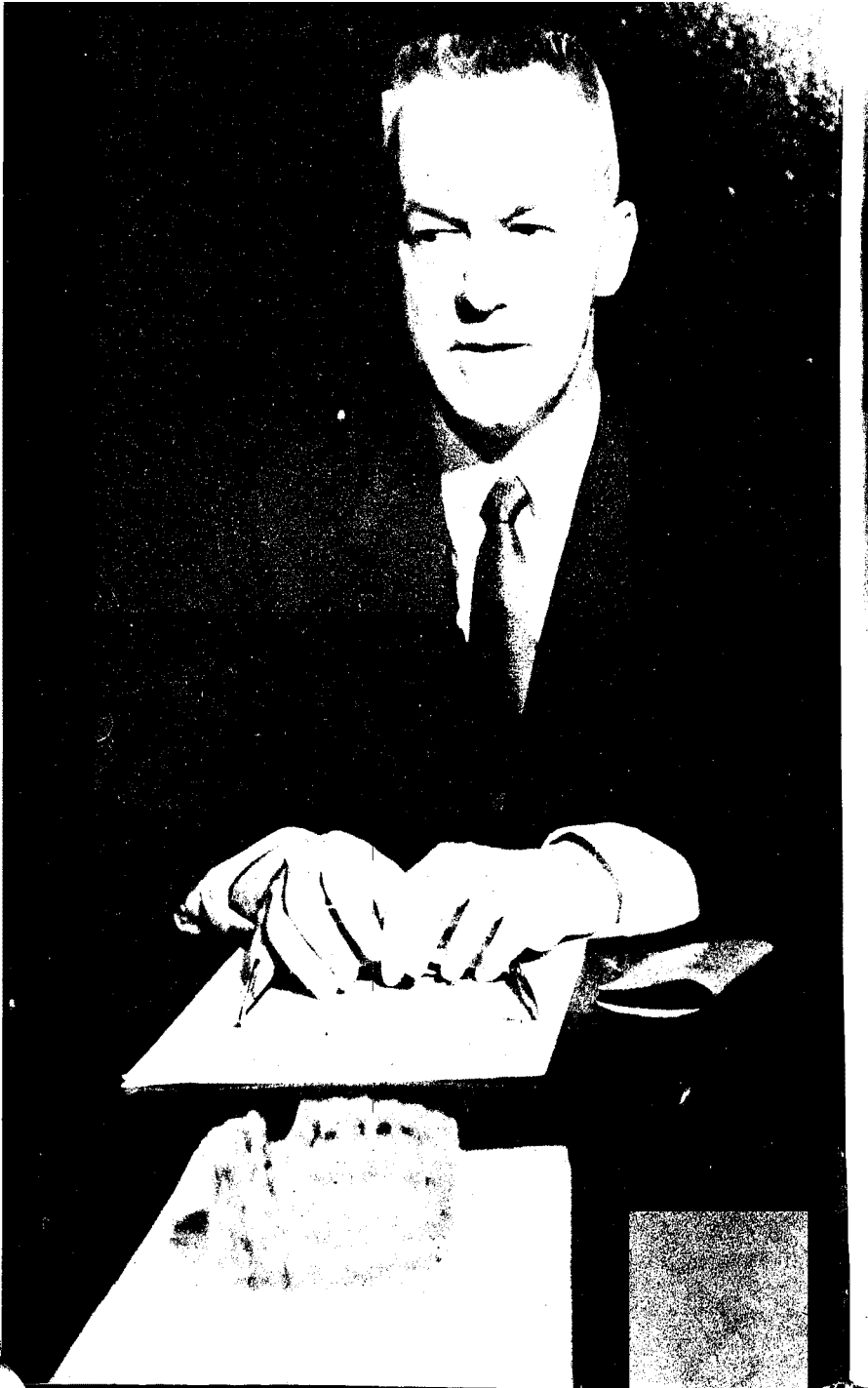


CDU 027.6:342.532(81) (05)

BOLETIM  
DA  
BIBLIOTECA  
DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

B.Bibl.C.D. (Brasília) v. 17, n. 1, p. 1-325, jan./abr. 1968

V. 17, N. 1, JANEIRO/ABRIL DE 1968



PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

259

BAPTISTA RAMOS

Nos extremos de um espaço de dez anos — de 1957 a 1967 — dois acontecimentos de natureza política convergem de maneira bastante significativa para assinalar na vida de um homem público o seu ponto alto.

O primeiro acontecimento insere-se, cronologicamente, no período abrangido pela terceira legislatura da Câmara dos Deputados, que foi de 1955 a 1959. Recém-instalado, o Governo Juscelino Kubitschek passa a trabalhar no rumo das metas desenvolvimentistas. Dessas metas, um dos instrumentos básicos seria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o B.N.D.E.

Na Câmara dos Deputados tramitava o projeto que prorrogava por dez anos a existência daquele estabelecimento. Para seu relator foi designado o Deputado Baptista Ramos, então filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, o P.T.B. De tal modo destacou-se o relator ao formular o seu parecer favorável à continuação do B.N.D.E. que, pouco depois, em 1960, Baptista Ramos era convidado para o cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do referido Governo.

O outro acontecimento, pode-se dizer, teve origem em fins de 1966, mais precisamente em novembro daquele ano, quando o então Presidente da Câmara dos Deputados, Adaucto Cardoso, renunciou à Presidência desta Casa do Congresso Nacional. Ocupante da cadeira de 1º Vice-Presidente, Baptista Ramos sucedeu ao renunciante. Se nos outros setores da vida pública os acontecimentos de nossa época exigem dos que deles participam determinação e sagacidade sempre renovadas, no campo político tais qualidades são reclamadas em dôbro. Aqui também é justo afirmar que a conduta de Baptista Ramos na Presidência da Câmara dos Deputados, entre fins de novembro de 1966 e janeiro de 1967, quando os acontecimentos que motivaram a já mencionada renúncia do Presidente Adaucto Cardoso ainda eram recentes e influenciavam as decisões políti-

cas, tal conduta havia de resultar, pelo seu desassombro em enfrentar as dificuldades decorrentes de uma situação por todos reconhecida como delicada, na sua indicação, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), para disputar em plenário, não apenas por sucessão, mas desta vez por eleição, o alto cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, o terceiro em linha de importância da República.

Antes, na disputa preliminar realizada na ARENA entre os candidatos Baptista Ramos e Ernani Sátiro, este último resolvera retirar sua candidatura, reforçando assim a posição de seu companheiro de Partido, não só nas próprias fileiras partidárias, mas também nas do Partido da Oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (M.D.B.). Este resolvera deixar em aberto o problema da Presidência da Câmara, sobretudo se o candidato escolhido fôsse o Sr. Baptista Ramos. Não teria candidato partidário.

Deu-se o fato da eleição na 2a. Sessão Preparatória da 1a. Sessão Legislativa da 6a. Legislatura, realizada na tarde de 3 de fevereiro de 1967, no plenário da Câmara dos Deputados. Sob a Presidência do Deputado José Bonifácio, procedeu-se à chamada nominal dos deputados, verificando-se a presença de 345

representantes. Terminada a votação, anuncia o Presidente terem sido encontradas na urna número de sobrecartas coincidente com o de votantes. Passando-se à apuração, o resultado encontrado foi o seguinte: para Presidente, Baptista Ramos, 329 votos; Heitor Dias, 2; Mário Covas, 1 voto; em branco, 11 votos; nulos, 2.

Diante disso anunciou solenemente o Deputado José Bonifácio:

"Proclamo eleito Presidente da Câmara dos Deputados, para a 1a. Sessão Legislativa da 6a. Legislatura, o Senhor Baptista Ramos, a quem convido a assumir a Presidência".

No discurso que a seguir pronunciou, presente ainda o eco das palmas prolongadas pela sua investidura, o Presidente Baptista Ramos assinalou como fato auspicioso na eleição que acabava de se realizar, a participação das duas agremiações partidárias do País na composição da Mesa da Câmara. É que a antiga praxe fôra interrompida em 1965, como consequência natural das transformações políticas e institucionais pelas quais passara a Nação a partir de 1964. Referiu-se também à insofismável unidade partidária constatada nas hostes da ARENA, e ao gesto de nobreza de

seu competidor nas preliminares, Deputado Ernâni Sá-tiro, retirando-se do prélio para que essa mesma unidade não sofresse defecções. Depois de lembrar que as atividades da instituição que lhe cabia agora dirigir por eleição se pautavam por normas de austeridade, voltou-se para as relações com os demais Podê-res, afirmando:

"Nas suas relações com os Podêres da República, tudo farei com esforço e dignidade para reafirmar, na realidade de cada dia e de cada acontecimento, os nos sos melhores propósitos de harmonia e independência e a constante preocupação de aperfeiçoamento do regime democrático".

João Baptista Ramos, filho de José Ramos de Paula e Maria Arantes Ramos, nasceu na cidade de Queluz, Estado de São Paulo, a 7 de maio de 1910, sendo o se gundo de quatro filhos, dos quais três homens e uma mulher. Tinha apenas um ano de idade quando, em 1911 os pais mudaram-se para a cidade de Bauru, justamente quando por ali se abria a zona Noroeste. Lá fez o curso primário.

O pai, comerciante em Bauru, onde residiu com a família durante quarenta anos, era homem da classe média. Gostava de discutir assuntos políticos e re-



ligiosos com os filhos. Não obstante a sua condição de espírita convicto, os filhos mais velhos, José Nabantino e o futuro Presidente da Câmara dos Deputados, Baptista Ramos, acabaram agnósticos. Em consequência de uma sociedade comercial desfeita, sofreu impiedosa campanha, durante a qual lhe foram movidas, entre ações e processos de menor importância, nada menos de cento e seis demandas. Não admira portanto que os dois filhos mais velhos resolvessem estudar Direito...

Em 1925, como não havia ainda em Bauru nenhuma escola de curso secundário, Baptista Ramos transferiu-se com a mãe e os irmãos para a Capital do Estado, onde concluiu os preparatórios em 1930, no Ginásio do Estado e no Colégio Rio Branco.

Ainda ginasiano trabalhou como datilógrafo no escritório do advogado Benedito Costa Neto, o futuro Ministro da Justiça (1946), e de quem, nessa fase ministerial, viria a ser secretário.

Em 1931 matriculou-se na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual bacharelou-se em 1935. Estudante pobre, necessitando trabalhar durante todo o curso superior, ao mesmo tempo que estudava, não exerceu nenhuma atividade acadêmica. Na verdade, não

lhe sobrava tempo sequer para cultivar relações de amizade mais estreita com seus professores nem tinha oportunidade para maior convívio com êles ou os próprios colegas de curso.

Em 1936, no ano seguinte àquele em que colara grau, muda-se para Monte Aprazível, na região de São José do Rio Preto, ou, se quiserem, na Alta Araraquarense, instalando aí o seu primeiro escritório de advocacia. Foi em Monte Aprazível que firmou-se como profissional e tornou-se pequeno fazendeiro. Por essa época e até 1941 exerceu a advocacia em geral, dedicando-se sobretudo a questões de terras e a defesas criminais.

De 1941 a 1943 advoga em Bauru, onde continuavam a residir os pais. Data deste último ano o seu regresso à Capital do Estado, onde prosseguiu na atividade forense. Sem deixar de lado a banca de advogado, ingressou em 1944 no jornalismo, como colaborador das Fôlhas: a Fôlha da Manhã e a Fôlha da Noite. Nelas assinou crônicas sob o pseudônimo de Sancho, conquistando alto conceito na nova atividade de jornalista. A tal ponto que, de 1947 a 1950, exerceu a chefia da redação da Fôlha da Manhã.

Em 1946, como já vimos, desempenhou o cargo de secretário do então Ministro da Justiça no Governo Du-

tra, Dr. Benedito Costa Neto.

Já em 1949 acompanhava o Presidente Dutra aos Estados Unidos, como integrante de sua comitiva.

A essa altura, não só a sua experiência como secretário do Ministro da Justiça, mas também a de jornalista profissional, atraíam-no para a política. Com efeito, em 1950 ingressa no Partido Trabalhista Brasileiro. Candidatando-se à última hora a deputado federal, é derrotado. Ainda assim obtém nada menos que 8 000 votos.

A seguir exerce o cargo de Diretor-Presidente da Rádio Excelsior de São Paulo, fundando, em 1952, a Rádio Nacional de São Paulo, de que foi, igualmente, Diretor-Presidente.

Em 1954 candidata-se novamente a deputado federal pelo P.T.B. É, então, eleito para a 3a. Legislatura (1955-1959), no decorrer da qual (1957) é escolhido pelos companheiros de Partido como líder da bancada federal trabalhista na Câmara dos Deputados. Também nessa legislatura relatou o projeto que prorrogava a existência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, importante elo das metas desenvolvimentistas do Governo Kubitschek, que se instalara em 1956. Ainda nesse seu primeiro período de mandato federal foi

designado relator do projeto de que iria resultar mais tarde a Lei Orgânica da Previdência Social, sendo o autor do substitutivo relativo à matéria. Para se ter uma idéia da complexidade do trabalho levado a efeito pelo representante paulista na Câmara dos Deputados basta dizer que a referida Lei foi o resultado da fusão de 300 leis, decretos, portarias e atos ministeriais.

Entretanto, atuação mais marcante ainda estava reservada ao Deputado Baptista Ramos em decorrência de sua reeleição, ocorrida em 1958, para o Palácio Tiradentes, onde na época funcionava a Câmara. De fato, foi durante a 4a. Legislatura (1959-1963) que Baptista Ramos encaminhou, como relator, o projeto de Reforma Agrária. Em 1960, ano da transferência da Capital Federal para o planalto goiano, e devido ao conceito granjeado junto ao Govêrno como relator que fôra do projeto relativo ao B.N.D.E., é nomeado para o cargo na época denominado de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Como Ministro do Trabalho promoveu a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, que se encontrava no Senado, e deu início à sua execução. Organizou, em apenas vinte dias, o Regulamento Geral da

Previdência Social, constituído de 540 artigos. É oportuno salientar que a Lei Orgânica representou a primeira grande etapa no sentido da posterior unificação dos IAPs, hoje realidade por força do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966. Conseguiu, ainda, o pagamento de oitenta bilhões de cruzeiros antigos da dívida da União para com a Previdência Social.

Mas apesar de tão larga fôlha de serviços, em tão breve espaço de tempo, poucos meses permaneceria o representante paulista à frente do Ministério do Trabalho. Desentendendo-se com o Presidente Juscelino Kubitschek quando do provimento dos cargos da administração colegiada, pediu demissão do cargo, tendo dado as razões da renúncia à Pastá no discurso que pronunciou da tribuna da Câmara, e que foi publicado no Diário do Congresso Nacional de 18 de novembro de 1960. Dêsse discurso destacamos a seguir as palavras finais, transcritas do vol. 22, 1960, p. 70, dos Anais da Câmara dos Deputados:

"Senhor Presidente, como Ministro, repito, sofri bastante. Volto, entretanto, a esta Casa para continuar a ser elemento que colabora e serve ao Brasil. Como deputado federal, sinto-me homem independente e mais feliz do que como Ministro de Estado".

Em 1962 Baptista Ramos fundou em São Paulo (e mantém até hoje), o escritório Soluções Trabalhistas, em que dá assistência gratuita aos trabalhadores em geral, em matéria de previdência social.

Extintos os Partidos políticos em 1965 pelo Ato Institucional nº 2, integrou-se Baptista Ramos nas fileiras da Aliança Renovadora Nacional, mais tarde registrada como partido político identificado com o espírito do Movimento de 31 de março de 1964.

Em 1965 e 1966 é eleito 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Ainda em 1965 o Presidente Aducto Cardoso o indica como observador da Câmara à Conferência da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) em Genebra.

Em novembro de 1966, renunciando o Deputado Aducto Cardoso à Presidência, sucede ao representante da Guanabara na direção da Câmara.

Em 1967, como já ficou escrito, é eleito Presidente da Câmara dos Deputados. Tão logo foi investido nas altas funções, Baptista Ramos assinou, ainda em fevereiro de 1967, em nome da Mesa e por ela autorizado, contrato com a Fundação Getúlio Vargas no sentido de ser estudado um plano de reforma administrativa da Secretaria da Câmara dos Deputados. Um dos

objetivos dêsse estudo, talvez o principal, seria proporcionar à Secretaria condições para que os Deputados exercessem com a máxima eficiência as suas funções de legisladores. Durante a sua Presidência teve a satisfação de ver que eram dados os primeiros passos no sentido da reforma tantas vèzes reclamada pelo crescimento da Câmara, sobretudo no que dizia respeito ao assessoramento técnico-legislativo dos parlamentares.

Ao lado da sua preocupação em dotar a Câmara de uma organização administrativa mais eficiente e racional, pode-se dizer que a presença de Baptista Ramos na Presidência desta Casa do Congresso Nacional carâcterizou-se pela afirmação de padrões altos para os trabalhos legislativos, no plenário e fora dêle. Buscou sempre zelar pelo prestígio da Câmara e, por extensão, do próprio Congresso Nacional, junto à opinião pública do País. Acreditou sempre, como ainda acredita, membro desta Casa que ainda é, que, coletivamente, o Poder Legislativo é perfeitamente capaz de superar suas próprias deficiências. Neste ponto o seu pensamento coincide com o do economista e político sueco Karl Gunnar Myrdal, que, reconhecendo as falhas inerentes às Câmaras Legislativas, está convicto de que, como instituições representativas de

coletividades, e coletividades humanas, nada as impede de se aperfeiçoarem. Não fôsse a caminhada do homem sempre assinalada por um sentido ascensional, sem embargo de suas vacilações e quedas eventuais.

Assim, batalhou insistentemente, durante o seu período presidencial na Câmara dos Deputados, por uma reforma não apenas exterior, mas sobretudo interna dos membros do Poder Legislativo, sem a qual estaremos desejando, já se vê que em vão, alterar a sombra sem mudar a imagem que a produz.

Em 1968 Baptista Ramos pleiteou a reeleição como Presidente da Câmara dos Deputados. Além dêle mesmo apresentou-se candidato ao posto o então 1º Vice-Presidente, Deputado José Bonifácio, da ARENA de Minas Gerais. Na eleição prévia realizada dentro do Partido majoritário, em 22 de fevereiro de 1968, obteve o representante mineiro a preferência da maioria de seus companheiros de agremiação para disputar o cargo em plenário.

Baptista Ramos é casado com a Sra. Aline Browne Miranda e tem duas filhas: Teresa Cristina e Ana Lúcia.

Ao lado da atividade parlamentar dedica-se, no momento, ativamente, à conclusão de um livro sôbre a



previdência social. Espera publicá-lo ainda em 1968. Para êsse trabalho está examinando em conjunto cinco diplomas relacionados com o assunto. Inédito, tem pronto um ensaio, de cêrca de 600 páginas, intitulado O intruso. Trata-se de uma contribuição ao estudo da psicologia do segundo filho em relação ao primeiro.

## BIBLIOGRAFIA

1 - DE BAPTISTA RAMOS

### Discursos

- 31-03-1955. Como Líder de Partido, faz considerações sôbre os problemas do café e sua cotação no mercado externo. DCN 1 abr. 1955, p. 1564-1566.
- 12-04-1955. Discussão do veto do Presidente da República ao Projeto n. 4.245/54, que dispõe sôbre a realização do concurso de títulos para inspetores interinos do Trabalho. DCN 13 abr. 1955, p. 238.
- 12-07-1955. Discussão do veto presidencial ao Art. 29 do Projeto n. 1.990-50, que trata da assiduidade e frequência para aumento de salário. DCN 13 jul. 1955, p. 329.
- 27-07-1955. Encaminhamento da votação da emenda do Senado ao Projeto n. 2.581-F/51, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade. DCN 28 jul. 1955, p. 4 407.

- 28-07-1955. Encaminhamento da votação da emenda do Senado ao Projeto n. 1.583-E/52, que dispõe sobre a revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos civis da União. DCN 29 jul. 1955, p. 4 454.
- 18-08-1955. Discussão do Projeto n. 266-A/55, que dá nome de Estrada de Ferro Marechal Hermes da Fonseca à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. DCN 19 ago. 1955, p. 5 142.
- 14-10-1955. Discussão do veto do Sr. Presidente da República ao Projeto n. 1.583/52, que prevê a revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos civis da União e das autarquias. DCN 15 out. 1955, p. 385.
- 20-10-1955. Discussão do veto do Sr. Presidente da República ao Projeto n. 395/52, que restabelece o sistema ortográfico do Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa. DCN 21 out. 1955, p. 403.
- 09-01-1956. Discussão do Projeto 600-A/55, que dá nova redação ao art. 300 da Lei 1.316, de 20-01-1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares). DCN 10 jan. 1956, p. 230.
- 11-01-1956. Discussão do Projeto 117-A/55, relativo à taxa especial de propaganda do café no exterior. DCN 12 jan. 1956, p. 307.
- 08-02-1956. Considerações sobre as reivindicações dos ferroviários paulistas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. DCN 9 fev. 1956, p. 1 031.
- 21-06-1956. Encaminhamento de votação do Substitutivo da Comissão de Economia ao Projeto 1.357-B/56, que prorroga até 31-12-1957 o regime de licença prévia para o intercâmbio comercial com o exterior. DCN 22 jun. 1956, p. 4 707.

- 12-02-1957. Démarches para a sua investidura na liderança do PTB. DCN 13 fev. 1957, p. 543.
- 20-02-1957. Discussão da emenda do Senado ao Projeto 1907-D/52. DCN 22 fev. 1957, p. 840.
- 22-02-1957. Encaminhamento de votação das emendas do Senado referentes à letra c do § 2º do art. 15 e parágrafo único do art. 16 do Projeto 1907-D/52. DCN 23 fev. 1957, p. 872.
- 27-02-1957. Cessão da Ilha de Fernando de Noronha ao Governo norte-americano para a instalação de uma base de teleguiados. DCN 28 fev. 1957, p. 982.
- 28-02-1957. Encaminhamento de votação da emenda n. 1 ao Projeto 117-B/55. DCN 1 mar. 1957, p. 1 022.
- 01-04-1957. Resposta às críticas feitas pelo Deputado Carlos Lacerda ao Sr. João Goulart, Presidente do PTB. DCN 2 abr. 1957, p. 1 615.
- 02-04-1957. Defesa do Senador João Goulart das acusações que lhe são feitas com referência ao negócio do pinho. DCN 3 abr. 1957, p. 1656.
- 02-04-1957. Questão de ordem sobre incidentes verificados por ocasião dos debates relacionados com a transação de pinho feito com o Governo Perón, da Argentina. DCN 3 abr. 1957, p. 1 658.
- 05-04-1957. Política petrolífera do Governo. DCN 6 abr. 1957, p. 1801.
- 11-04-1957. Deliberação tomada pelas bancadas nacionais do PTB na Câmara e no Senado, com referência à emenda constitucional da prorrogação dos mandatos. DCN 12 abr. 1957, p. 1990.

- 02-05-1957. Declaração de que o PTB votará pela rejeição do Projeto 4545-B/54. DCN 3 maio 1957, p. 2 513.
- 08-05-1957. Pedido de licença do Procurador da Justiça Militar para processar o Deputado Carlos Lacerda, pela divulgação de telegrama secreto do Itamarati, a respeito de negócios de pinho com o Governo da Argentina. Defesa do Sr. João Goulart nessa transação. DCN 9 maio 1957, p. 2 692.
- 16-05-1957. Resposta ao discurso em que o Deputado Carlos Lacerda se congratula com a Câmara pela decisão que tomou no pedido de licença para processá-lo e em que declara que o Governo encontrará apoio da Oposição para medidas que visem à solução dos problemas brasileiros. DCN 17 maio 1957, p. 3 022.
- 21-05-1957. Esclarecimento de que tentará demover o Deputado Oscar Passos do propósito de renunciar ao lugar que ocupa na Comissão de Segurança Nacional. DCN 22 maio 1957, p. 3 175.
- 18-06-1957. Contestação à afirmativa do Deputado Carlos Lacerda de que tivesse insultado as senhoras filiadas à corrente política da UDN. DCN 19 jun. 1957, p. 3 963.
- 16-08-1957. Fatos importantes da economia brasileira que estão a exigir providências do Ministério da Fazenda e do Instituto Brasileiro do Café. DCN 17 agô. 1957, p. 6 225.
- 30-08-1957. Reforma da legislação eleitoral vigente. DCN 31 agô. 1957, p. 6 729.

- 13-09-1957. Questão de ordem sobre o restabelecimento da denominação de Minoria solicitada pelo Deputado Herbert Levy para o Bloco Parlamentar da Oposição. DCN 14 set. 1957, p. 7 247.
- 29-11-1957. Fixação da posição do PTB na votação do requerimento de urgência para o Projeto 2158/56. DCN 30 nov. 1957, p. 10 243.
- 04-12-57. Aposentadoria compulsória do Sr. Nestor Masena. DCN 5 dez. 1957, p. 10 380.
- 07-12-57. Renúncia do Deputado Sílvio Sanson à Presidência da Comissão de Legislação Social da Câmara, por não ter sido aquele órgão ouvido sobre o Projeto 2119/56. DCN 8 dez. 1957, p. 10 639.
- 15-12-1957. Encerramento dos trabalhos legislativos de 1957. DCN 16 dez. 1957, p. 11 038-11 039.
- 30-04-1958. Consulta em torno do compromisso dos líderes de Partido e dos relatores, no sentido de o Projeto 3939 ser aprovado a tempo de ser sancionado pelo Presidente da República no dia 1º de maio. DCN 1 maio 1958, p. 1 955.
- 07-05-1958. Encaminhamento de votação de emenda do Deputado Aloísio Alves ao Projeto 3939. DCN 8 maio 1958, p. 2 137.
- 07-05-1958. Encaminhamento de votação de subemenda à emenda n. 8, ao Projeto 3939. DCN 8 maio 1958, p. 2 138.
- 08-05-1958. Encaminhamento de votação das emendas des tacadas e com parecer contrário ao Projeto 3939/58. DCN 9 maio 1958, p. 2 200.

- 08-07-1958. Discussão do veto presidencial a artigos do Projeto 3939/58. DCN 9 jul. 1958, p. 149.
- 11-11-1959. Encaminha votação da emenda Constitucional n. 3-A/56, que institui o sistema parlamentar de governo. DCN 12 nov. 1959, p. 8 376 e ACD 1959 25: 211-213.
- 13-11-1959. Considerações em torno do pensamento do bloco da Minoria com relação à emenda parlamentarista. DCN 14 nov. 1959, p. 8 499.
- 24-11-1959. Encaminhamento de votação da emenda 173 do Senado ao Projeto 350/59 - Orçamento - Anexo do Ministério do Trabalho. DCN 25 nov. 1959, p. 8882.
- 24-11-1959. Encaminhamento de votação da emenda 210 do Senado ao Projeto 350/59 - Orçamento - Anexo do Ministério do Trabalho. DCN 25 nov. 1959. p. 8883.
- 17-11-1960. Historia as razões pelas quais solicitou exoneração do cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. ACD 1960 22: 53-70.
- 07-05-1964. Supressão dos subsídios do trigo e do petróleo. DCN 8 maio 1964, p. 2 942-2 943.
- 10-07-1964. Discussão do Projeto 2067, que altera a Lei n. 4131/62 (Remessa de lucros para o exterior). DCN 11 jul. 1964, p. 5 283-5 286.
- 14-07-1964. Encaminhamento de votação do Projeto 2067/64, que altera a Lei n. 4131/62 (Remessa de lucros para o exterior). DCN 15 jul. 1964, p. 5406-5407.
- 16-07-1964. Encaminhamento de votação da emenda n. 22 ao art. 59 (voto do analfabeto) da emenda Constitucional 3/64. DCN 17 jul. 1964, p. 305.

- 21-07-1964. Discussão da emenda Constitucional n. 3/64; manifestação contrária à emenda que prorroga os mandatos dos atuais Presidente e Vice-Presidente da República. DCN 22 jul. 1964, p. 354.
- 12-08-1964. Encaminhamento das emendas do Senado ao Projeto n. 2067 (altera a Lei 4131/62 - Remessa de Lucros para o Exterior). DCN 13 agô. 1964, p. 6485-6486.
- 10-06-1965. Considerações sobre o relatório do Sr. Renato Bonfim, Diretor da Associação de Assistência à Criança Defeituosa de São Paulo, referente ao programa que a entidade vem realizando; manifesta satisfação pelo fato de o Governo norte-americano pretender, através do Fundo Mundial de Reabilitação, dar prosseguimento ao seu plano de ajuda ao Brasil, e de as Nações Unidas demonstrarem também o seu interesse pelo assunto; apêlo ao Ministro da Saúde no sentido de colaborar nessa obra. DCN 11 jun. 1965, p. 4 265.
- 30-06-1966. Encerramento do primeiro período da sessão legislativa. DCN 1 jul. 1966, p. 4 305.
- 24-08-1966. Manifesta a associação da Mesa à homenagem prestada à memória do Presidente Getúlio Vargas, ao ensejo do 12º aniversário de seu falecimento. DCN 25 agô. 1966, p. 5 380.
- 25-08-1966. Encaminhamento de votação do Projeto n. 10/66, que cria o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. DCN 26 agô. 1966, p. 457.
- 28-11-1966. Esclarece que a Mesa, ao declarar extintos os mandatos dos Deputados recentemente cassados, não quis desautorizar o Deputado Adacto Cardoso, que acaba de renunciar à Presidência da Câmara. Anuncia a presença, na Câmara, do Ministro do Trabalho e Previdência Social. DCN 29 nov. 1966, p. 6 916.

- 01-12-1966. Faz breve exposição das atividades parlamentares realizadas na sessão legislativa que se encerra. DCN 2 dez. 1966, p. 7 125.
- 03-02-1967. Agradece a votação recebida para Presidente da Câmara dos Deputados; rejubila-se com a participação do MDB na composição da Mesa; ressalta alguns tópicos do programa que pretende desenvolver como Presidente da Câmara. DCN 4 fev. 1967, p. 364-365.
- 12-06-1967. Refuta editorial de um vespertino carioca, segundo o qual o Presidente da Câmara teria praticado liberalidades com verbas da Associação Interparlamentar de Turismo, da União Interparlamentar e da União Parlamentar Latino-americana; lembra que as verbas são única e exclusivamente movimentadas pelos Presidentes desses órgãos. DCN 13 jun. 1967, p. 3 226.
- 30-06-1967. Resume os trabalhos da Câmara dos Deputados no 1º período da 1ª. Sessão Legislativa da 6ª. Legislatura. Focaliza as razões determinantes, no Brasil e em vários outros países, do aumento das atribuições do Poder Executivo em detrimento das do Poder Legislativo. Conclama todos os parlamentares à luta em prol do restabelecimento daquelas atribuições. Afirma que, paralelamente a essa luta, deve o Congresso Nacional empenhar-se em readquirir e firmar o seu prestígio junto à opinião pública. DCN 1 jul. 1967, p. 3 990-3 991.
- 30-11-1967. Faz a resenha dos trabalhos desempenhados pelos vários órgãos da Câmara dos Deputados durante a 1ª. sessão legislativa da 6ª. Legislatura. DCN 1 dez. 1967, p. 8 578.



22-02-1968. Faz breve exposição das atividades da Câmara dos Deputados durante o período de convocação extraordinária que se encerra. Despede-se da Presidência da Casa e agradece aos Deputados e funcionários a colaboração recebida. DCN 23 fev. 1968, p. 1 284.

### Pareceres

28-04-1958. Emite parecer, pela Comissão de Finanças, ao Projeto 3939/58, que estende aos segurados de todos os Institutos da Previdência Social os benefícios do art. 3º da Lei n. 3322, de 26-11-57. DCN (Supl.) 29 abr. 1958, p. 4.

29-04-1958. Parecer, pela Comissão de Finanças, às emendas apresentadas ao Projeto 3939/58. DCN 30 abr. 1958, p. 1 898.

23-04-1964. Parecer da Comissão de Finanças ao Projeto 1.943/64, que dispõe sobre o prazo para declaração do Imposto de Renda. DCN 24 abr. 1964, p. 19, Supl.

### Projetos

21-02-1962. Apresenta projeto criando três órgãos básicos, como fórmula para solução do abastecimento de gêneros alimentícios: o Conselho Nacional do Abastecimento (CNA), o Fundo Nacional de Abastecimento (FNA) e a Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL). DCN 23 fev. 1962, p. 547-549.

06-07-1965. Apresenta projeto sôbre a regulamentação do exercício da profissão de instalador elétrico, de gás, hidráulico e sanitário. DCN 7 jul. 1965, p. 20.

2 - SÔBRE BAPTISTA RAMOS

DEPUTADOS brasileiros; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados, a partir da Quinta Legislatuira (1963-1967) Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1966, B229r

QUEIROZ CAMPOS. Fichário parlamentar da quinta legislatura. Correio Braziliense (Brasília) 7 agô. 1964, 2. cad., p. 3.

QUEM é quem no Brasil, biografias contemporâneas, 2. ed., São Paulo, Soc. Bras. de Expansão Comercial, 1951, p. 423-424.